

■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foram convocadas sessões deliberativas do Plenário para os dias 7/3, 8/3 e 9/3. Há previsão para que sejam discutidas matérias com a temática sobre a defesa das mulheres em referência ao 8 de Março.

■ SENADO FEDERAL

Nesta semana ainda não foi publicada a pauta.

COMISSÕES

A expectativa é que sejam definidas as distribuições da presidência nas comissões permanentes da Câmara e do Senado Federal.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Senador Plínio voltou a pedir CPI para investigar ONGs que atuam na Amazônia

Em pronunciamento em Plenário na semana passada, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) anunciou que já reuniu assinaturas suficientes para apresentar novo pedido de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar ONGs na Amazônia. Ele ressaltou que “nem todas essas organizações que atuam na região praticam irregularidades”. Ao justificar o pedido da CPI, o senador destacou uma série de denúncias levantadas ao longo dos últimos anos.

Alteração do processo de votação no Senado Federal

Na primeira reunião após o feriado de Carnaval, os senadores decidiram se “auto conceder” semanas reduzidas de trabalho. Com aval do presidente do Senado,

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi definido que só serão votados projetos nas terças, quartas e quintas-feiras. Nas segundas e sextas-feiras as sessões serão não deliberativas, o que significa que não precisarão trabalhar nesses dois dias, porque não será considerado falta. Os senadores também instituíram o mês de três semanas. Funcionará assim: na última semana do mês, o trabalho será feito de forma remota, “com pauta tranquila”. Na prática, o senador só precisará trabalhar nove dias por mês em Brasília. O salário atual dos senadores é de R\$ 39,2 mil, e a partir de abril o valor saltará para R\$ 41,6 mil. O reajuste foi definido no final do ano passado.

Agronegócio teme perdas com reforma tributária

O grupo de trabalho da reforma tributária reuniu-se com a Frente Parlamentar da Agropecuária para ouvir sugestões sobre a proposta. O presidente da Frente, deputado Pedro Lupion (PP-PR), disse que o setor não pode ser prejudicado no momento da unificação dos tributos sobre o consumo. Ele criticou a visão de que há subtributação no setor. “Nós pagamos e pagamos bastante imposto. A nossa preocupação não é a questão de não querer pagar imposto, é que a gente tenha a proporcionalidade que o setor merece”, ponderou.

A fixação de uma alíquota única para todos os setores produtivos pode fazer com que cadeias produtivas menores sejam mais oneradas. Lupion disse que os produtores brasileiros são bastante tributados e não têm os subsídios dados em outros países, como os europeus. Ele colocou em dúvida o mecanismo da reforma que promete compensar tributos pagos em fases anteriores de maneira imediata.

Sem regulamentação, mineração em terras indígenas ocupa área superior ao RJ

Uma área de 50 mil km² dentro de Terras Indígenas (TIs) no país tem requerimentos para atividades de mineração. Para efeito de comparação, o estado do Rio de Janeiro tem 43,6 mil km². O levantamento consta no livro "Mineração em terras indígenas: desenvolvimento para quem?", ou seja, cerca de 4% da extensão territorial destinada às TIs encontram-se em situação de inconstitucionalidade, com processos minerários ativos a elas sobrepostos. As análises são feitas a partir do Sistema de Informações Geográficas da ANM (Agência Nacional de Mineração), órgão federal responsável pelo registro dos processos minerários, com cruzamentos sobre as áreas indígenas disponíveis na FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

Só 2 dos 9 Estados da Amazônia Legal dizem ter alertado União sobre garimpo em terras indígenas

Entre os nove estados que fazem parte da Amazônia Legal, apenas o Mato Grosso e o Amapá informaram ao Governo Federal sobre a presença de garimpeiros ilegais dentro de Terras Indígenas, aponta levantamento realizado pelo site Metrôpoles. A Secretaria de

Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso afirma que comunicou o governo anterior sobre a possibilidade de garimpo, com base em alertas de desmatamento em uma região de 1.237,8 hectares, da Terra Indígena de Rio Formoso, no município de Tangará da Serra. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA/AP) informou a União sobre a presença de pessoas não autorizadas e garimpeiros ilegais nas proximidades da Terra Indígena Waiãpi, em 2020. Nos dois anos seguintes, o Governo Estadual elaborou, junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), medidas para retirada dos invasores.

Associação Yanomami cobra R\$ 6,6 bilhões da União por danos de garimpo ilegal

A Associação Urihi, que representa comunidades Yanomami, protocolou, no dia 4/3, uma Ação Civil Pública contra a União Federal, por danos ambientais, sociais e morais coletivos causados pelo garimpo ilegal no Norte do país. Eles cobram R\$ 6,6 bilhões em indenização. Em documento com mais de 120 páginas, a associação aponta a omissão do Estado Brasileiro diante do uso ilegal de mercúrio para a extração de minérios em territórios indígenas. Segundo a associação, houve omissão dolosa ou culposa da União ao permitir a instalação de cerca de 20 mil garimpeiros ilegais.